

INFORME SEMANAL Cooperação Internacional do MPF

09/07/2018 a 16/07/2018

Informe Semanal - Cooperação Internacional - Edição 14/2018

Argentina faz acordo com o MPF e poderá utilizar delações feitas no Brasil no âmbito da operação Lava Jato



Tribunais do país vizinho poderão usar provas brasileiras para acusar ex-funcionários da Odebrecht envolvidos em irregularidades

MPF é informado pela Alemanha da prisão de brasileiro que matou ex-namorada no Distrito Federal em 1987

Representantes do MPF participam de reunião internacional que discutiu Convenção de Budapeste



Marcelo Bauer fugiu do Brasil logo após cometer o crime. Ele cumprirá pena de 14 anos no país europeu



No evento em Estrasburgo, na França, foi discutido um protocolo adicional ao tratado relativo a crimes cibernéticos

NOTÍCIAS DA INTRANET NACIONAL

MPF participa de reunião internacional sobre combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo

SCI seleciona membros interessados em participar de evento sobre cooperação internacional e combate à corrupção

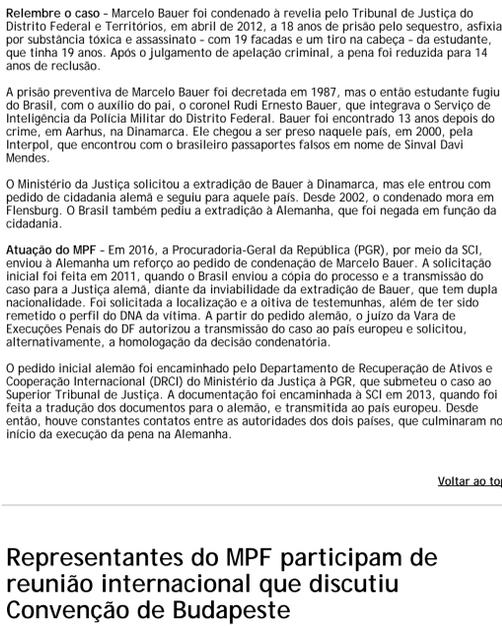
SCI divulga resultado de seleção de membro para participar de curso na Colômbia

#TráficodePessoasNão: MPF participa de julgamento simulado em Bogotá

[Voltar ao topo](#)

DESTAQUES

Argentina faz acordo com o MPF e poderá utilizar delações feitas no Brasil no âmbito da operação Lava Jato



Tribunais do país vizinho poderão usar provas brasileiras para acusar ex-funcionários da Odebrecht envolvidos em irregularidades

Um acordo de cooperação judicial firmado entre as procuradorias-gerais da República brasileira e argentina oficializa que os tribunais do país vizinho passarão a aceitar as delações premiadas e acordos de leniência firmados no Brasil no âmbito da Lava Jato. Diversos casos relativos à empreiteira Odebrecht tramitam na Argentina e, com as informações e provas fornecidas pelo Brasil, será possível, pela primeira vez, acusar ex-funcionários envolvidos em irregularidades.

A assinatura do documento, ocorrida na sexta-feira (13), é resultado do trabalho da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (SCI/MPF). Nos últimos seis meses, Cristina Romano, que está à frente da SCI, intensificou as negociações. O objetivo era conseguir que os países chegassem a um entendimento comum sobre os termos da cooperação jurídica. A Argentina estava resistente em conceder imunidade aos delatores em troca das informações, mas esse ponto foi superado graças às gestões da SCI.

“Depois de um trabalho longo de negociação e diálogo entre a SCI e autoridades argentinas, conseguimos chegar a um acordo para que as delações e autorizações de corrupção na Argentina possam ser disponibilizadas aos procuradores de lá. Trata-se de um enorme avanço na relação de cooperação jurídica internacional entre os dois países e mais um grande passo na luta contra a corrupção”, destaca Cristina Romano. Ela diz que o documento foi finalizado de forma a proteger os colaboradores e o conteúdo dos acordos celebrados no Brasil.

De acordo com informações da SCI, esse acordo tem o objetivo de proporcionar - para envio de informações - já foi firmado com a Suíça, a Noruega e a Holanda. O único país que ainda não aceitou oficialmente o compartilhamento de delações do Brasil foi Portugal. Por conter dados sigilosos, a íntegra do acordo firmado com a Argentina não pode ser divulgado.

[Voltar ao topo](#)

MPF é informado pela Alemanha da prisão de brasileiro que matou ex-namorada no Distrito Federal em 1987



Marcelo Bauer fugiu do Brasil logo após cometer o crime. Ele cumprirá pena de 14 anos no país europeu

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu a informação oficial de que Marcelo Bauer foi preso, na Alemanha, onde será executada a pena de 14 anos de reclusão. Ele ingressou no Centro Penitenciário de Bayreuth em 25 de abril deste ano, com previsão de libertação somente em 24 de abril de 2032. Bauer foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal a 14 anos de prisão pelo homicídio qualificado cometido em 1987 contra a ex-namorada Thaís Muniz Mendonça. Com a ajuda do pai - o coronel Rudi Ernesto Bauer, que atuava no Serviço de Inteligência da Polícia Militar do DF - Marcelo Bauer fugiu do Brasil logo após cometer o crime. A efetivação da prisão foi informada em reunião entre integrantes da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI/MPF) e da audiência policial alemã, esta semana.

Por ter cidadania alemã, Marcelo Bauer cumprirá a pena naquele país. Para o secretário adjunto da SCI Carlos Bruno Ferreira o desfecho do caso é significativo: “É uma grande vitória da Justiça e da cooperação internacional que, após mais de 31 anos do brutal homicídio de Thaís Mendonça, tenhamos conseguido a Alemanha e a execução da pena para o assassino. É uma demonstração de que as autoridades alemãs e de tempo não diminuem a persistência do Ministério Público em buscar a aplicação da lei penal e a transmissão do conteúdo, completando que a SCI acompanha o processo desde 2013.

Relembre o caso - Marcelo Bauer foi condenado a revelar pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em abril de 2012, a 18 anos de prisão pelo seqüestro, aflixia por substância tóxica e assassinato - com 19 facadas e um tiro na cabeça - da estudante, que tinha 19 anos. Após o julgamento de apelação criminal, a pena foi reduzida para 14 anos de reclusão.

A prisão preventiva de Marcelo Bauer foi decretada em 1987, mas o então estudante fugiu do Brasil, com o auxílio do pai, o coronel Rudi Ernesto Bauer, que integrava o Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal. Bauer foi encontrado 13 anos depois do crime em Aarhus, na Dinamarca. Ele chegou a ser preso naquele país, em 2000, pela Interpol, que encontrou com o brasileiro passaportes falsos em nome de Sinalv Davi Mendes.

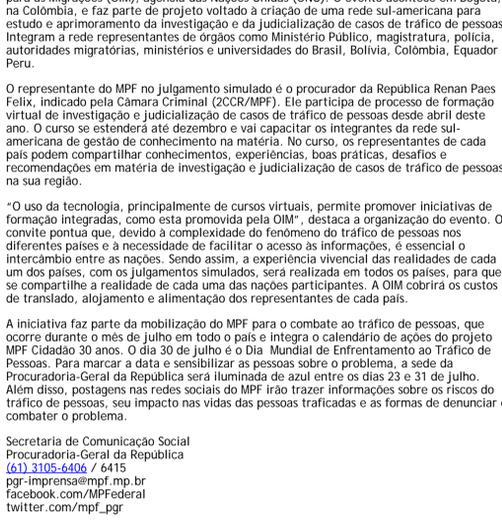
O Ministério da Justiça solicitou a extradição de Bauer à Dinamarca, mas ele entrou com pedido de cidadania alemã e seguiu para aquele país. Desde 2002, o condenado mora em Flensburg. O Brasil também pediu a extradição à Alemanha, que foi negada em função da cidadania.

Atuação do MPF - Em 2016, a Procuradoria-Geral da República (PGR), por meio da SCI, enviou à Alemanha um reforço ao pedido de condenação de Marcelo Bauer. A solicitação inicial foi feita em 2011, quando o Brasil enviou uma cópia da denúncia e a transmissão do caso para a Justiça alemã, diante da inviabilidade da extradição de Bauer, que tem dupla nacionalidade. Foi discutida a localização e a oitiva de testemunhas, além de ter sido remetido o perfil do DNA da vítima. A partir do pedido alemão, a Vara de Execuções Penais do DF autorizou a transmissão do caso ao país europeu e solicitou, alternativamente, a homologação da decisão condenatória.

O pedido inicial alemão foi encaminhado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça à PGR, que submeteu o caso ao Superior Tribunal de Justiça. A documentação foi encaminhada à SCI em 2013, quando foi feita a tradução dos documentos para o alemão, e transmitida ao país europeu. Desde então, houve constantes contatos entre as autoridades dos dois países, que culminaram no início da execução da pena na Alemanha.

[Voltar ao topo](#)

Representantes do MPF participam de reunião internacional que discutiu Convenção de Budapeste



No evento em Estrasburgo, na França, foi discutido um protocolo adicional ao tratado relativo a crimes cibernéticos

As coordenadoras do Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da Câmara Criminal do MPF (2CCR), Neide Cardoso de Oliveira e Fernanda Dinombens, participaram de reunião internacional que discutiu o protocolo adicional à Convenção de Budapeste sobre prova eletrônica. Esse é o único tratado internacional que aborda os crimes cibernéticos. A Conferência Octopus foi realizada em Estrasburgo, na França, de 11 a 13 de julho.

Durante a conferência, foram discutidas as iniciativas globais para tratar da investigação de crimes cibernéticos e do tratamento das provas digitais, como a proposta dos Estados Europeus para regular a prova digital, o E-evidence, e o Cloud Act, em vigor nos Estados Unidos. Também foram analisados os impactos da nova lei de proteção de dados europeia (GDPR) nos demais ordenamentos jurídicos e no acesso à ferramenta Whois, que é fundamental para possibilitar as investigações pelo acesso a dados essenciais pelas polícias e membros do Ministério Público.

Saiba mais - O Brasil ainda não é signatário da Convenção de Budapeste, mas o MPF apoia a adesão do país. Uma vez que, como integrante, poderá participar ativamente da discussão do protocolo adicional que será finalizado em novembro deste ano. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) ofício no qual defende a adesão do Brasil à Convenção. O assunto também foi tratado em reuniões no Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do MRE.

*Depois dessas ações, o chefe do departamento, embaixador Nelson Tabajara, informou ao Ministério Público Federal a intenção de formar um grupo de trabalho interministerial, com a nossa participação, para avaliar a entrada do Brasil na Convenção, e a celebração de acordo com os Estados Unidos, com base no Cloud Act. As duas iniciativas têm o objetivo de melhorar a persecução de crimes cibernéticos no Brasil”, pontua o secretário adjunto da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) Carlos Bruno Ferreira da Silva.

Atualmente integram a Convenção de Budapeste, além dos países da União Europeia, outros que estão fora do bloco, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. Além desses, países latinoamericanos aderiram recentemente, como Argentina, Paraguai, Chile, Costa Rica e República Dominicana. A Colômbia está em processo de adesão.

[Voltar ao topo](#)

MPF participa de reunião internacional sobre combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo

Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro (Gafi), integrado pelo Brasil, promove reunião para discutir medidas de combate aos crimes

O Ministério Público Federal (MPF) foi representado na reunião plenária do Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro (Gafi). Este é o foro de maior relevância nas discussões internacionais referentes ao tema. A procuradora Regional da República da 4ª Região Carla Veríssimo compareceu às reuniões que ocorreram durante cinco dias em Paris. No encontro, foram discutidas medidas importantes para a proteção e a integridade do sistema financeiro global, como o desenvolvimento de programas contra a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. Participaram dos debates delegados das 203 jurisdições da Rede Global do Gafi, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e de outros parceiros.

Carla Veríssimo apontou como um dos destaques do evento a apresentação de documentos e estudos que são relevantes para o trabalho do MPF, como os resultados de um seminário que reuniu juízes e procuradores de mais de 150 países. A iniciativa identificou as dificuldades para a investigação e a persecução penal da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo. “Como a nova metodologia do Gafi foca nos resultados (a efetividade do compliance), esses só podem ser obtidos, ao cabo, em decorrência da atuação do sistema de justiça criminal”, observou a procuradora.

Análises sobre a ocultação do beneficiário final de operações de lavagem e sobre as estratégias para a interrupção do financiamento do terrorismo também foram conteúdos abordados. Além disso, foi discutido como instituições financeiras identificam transações suspeitas, riscos, ameaças e vulnerabilidades das criptomoedas. De acordo com Carla Veríssimo, esses temas são importantes para a atuação do MPF.

Brasil - Durante o evento, também foi apresentado o relatório de follow-up (avaliação continuada) do Brasil. O Gafi considerou que há deficiências em relação a sanções financeiras específicas da ONU, as chamadas Targeted Financial Sanctions (TFS), que devem ser aplicadas em razão das Resoluções 1.267 e 1.373 do Conselho de Segurança. O Gafi também ressaltou que foram identificadas deficiências ainda não sanadas, na avaliação do Brasil, no plano de ação acordado em 2010. Em relação ao estabelecido na época, o país chegou a elaborar um projeto de lei sobre o financiamento ao terrorismo (PL10.431/2018), que já foi apresentado ao Congresso, mas não foi aprovado no prazo ajustado com o Gafi, que era fevereiro deste ano. Em razão disso, o grupo estabeleceu que o Brasil deve apresentar a lei finalizada na reunião plenária que será realizada em fevereiro de 2019. Caso contrário, o país poderá ser suspenso do Gafi e sofrer todas as consequências políticas e econômicas daí advindas.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

[Voltar ao topo](#)

SCI seleciona membros interessados em participar de evento sobre cooperação internacional e combate à corrupção

O evento acontecerá nos dias 6 e 7 de agosto, em Brasília, e as inscrições podem ser feitas até 16 de julho

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do MPF lançou edital para selecionar 10 membros interessados em participar do evento “Diálogos: A Cooperação Internacional no Combate à Corrupção”. Os debates ocorrerão em Brasília nos dias 6 e 7 de agosto e as vagas são direcionadas a procuradores atuantes na área. O evento promovido pela SCI é resultado de parceria com a Rede Especializada de Procuradores contra a Corrupção da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (Aiamp). Também conta com o apoio da Coordenadoria de Capacitação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do MPF.

Os interessados em participar da seleção têm até o dia 16 de julho para se inscrever. A programação do evento tem o objetivo de reforçar a cooperação internacional no combate aos casos de corrupção, por meio do intercâmbio de conhecimento entre os participantes. Serão debatidos diversos temas como a cooperação internacional no caso Lava Jato, a cooperação jurídica no combate à corrupção, rastreamento de ativos, redes de cooperação internacional, entre outros.

O evento vai reunir, além de procuradores brasileiros, representantes dos Ministérios Públicos dos países integrantes da Aiamp. Participarão do evento procuradores das Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai.

Seleção - Para participar do processo seletivo é necessário ser membro vitalício do MPF, ter atuação em Núcleo de Combate à Corrupção (NCC) há pelo menos dois anos, não responder a procedimento administrativo disciplinar e nem ter recebido punição nos últimos cinco anos. A seleção será feita pela SCI e respeitará os critérios de representatividade geográfica, gênero e raça. Também será organizada uma lista de suplentes convocados em casos de desistência.

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail pgr-editais-sci@mpf.mp.br informando nome, matrícula, lotação e dados para contato. O resultado será publicado na intranet da SCI no dia 17 de julho de 2018. O MPF providenciará passagens aéreas, hospedagem e alimentação para os membros selecionados lotados fora de Brasília. Não haverá pagamento de diárias.

[Veja o edital na íntegra](#)

Serviço:
Evento: Diálogos: A Cooperação Internacional no Combate à Corrupção
Data: 6 e 7 de agosto
Local: Memorial do MPF, Procuradoria-Geral da República - Brasília

[Voltar ao topo](#)

SCI divulga resultado de seleção de membro para participar de curso na Colômbia

Curso "A Prova Penal e as Novas Tecnologias" será realizado em Cartagena das Índias, de 29 de outubro a 2 de novembro

A Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) informa que o procurador da República Silvio Luis Martins de Oliveira, da PR/SP, foi o sorteado para participar do curso “A Prova Penal e as Novas Tecnologias”, que será realizado na Colômbia, de 29 de outubro a 2 de novembro deste ano. Promovida pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (Acedi), a iniciativa disponibilizou uma vaga para o Ministério Público Federal (MPF) brasileiro. Também foram sorteados dois suplentes para eventual desistência. O primeiro é procurador Regional da Procuradoria Roberto Moreira de Almeida, de Pernambuco, e o segundo, o procurador da República Lucas Aguilari Sette, da MRE Concordeia/SC.

As aulas serão ministradas por Cartagena das Índias e terão, no total, 36 horas de duração. O conteúdo deve abordar questões importantes para a obtenção e o tratamento de provas eletrônicas e seus usos na cooperação internacional. De acordo com o edital da SCI, o curso é pretendido compartilhar experiências jurídicas comuns e aprofundar-se na jurisdição nacional, nas provas criminais e em novas tecnologias, analisando a prova biológica, eletrônica, videográfica, as videoconferências e provas informáticas, entre outros assuntos. A Acedi é responsável pelo custeio da hospedagem, do traslado interno e da alimentação. Já as passagens aéreas ficam a cargo do membro selecionado.

[Voltar ao topo](#)

#TráficodePessoasNão: MPF participa de julgamento simulado em Bogotá

Encenar o julgamento pela Organização das Nações Unidas em programa que pretende criar rede sul-americana de combate ao tráfico de pessoas

O Ministério Público Federal (MPF) participou, de 9 a 13 de julho, de julgamento simulado de casos de tráfico de pessoas, em encontro promovido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência das Nações Unidas (ONU). O evento aconteceu em Bogotá, na Colômbia, e faz parte de projeto voltado à criação de uma rede sul-americana para estudo e aprimoramento da investigação e da judicialização de casos de tráfico de pessoas. Integram a rede representantes de órgãos como Ministério Público, magistratura, polícia, autoridades migratórias, ministérios e universidades do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

O representante do MPF no julgamento simulado é o procurador da República Renan Paes Felix, indicado pela Câmara Criminal (2CCR/MPF). Ele participa de processo de formação do protocolo adicional que será finalizado em novembro deste ano. A procuradora-geral deste ano, O curso se estenderá até dezembro e vai capacitar os integrantes da rede sul-americana de gestão de conhecimento na matéria. No curso, os representantes de cada país podem compartilhar conhecimentos, experiências, boas práticas, desafios e recomendações em matéria de investigação e judicialização de casos de tráfico de pessoas na sua região.

“O uso da tecnologia, principalmente de cursos virtuais, permite promover iniciativas de formação integradas, como esta promovida pela OIM”, destaca a organização do evento. O convite pontua que, devido à complexidade do fenômeno do tráfico de pessoas nos diversos países e à necessidade de facilitar o acesso às informações, é essencial o intercâmbio entre as nações. Sendo assim, a experiência vivencial das realidades de cada um dos países, com os julgamentos simulados, será realizada em todos os países, para que se compartilhe a realidade de cada uma das nações participantes. A OIM cobrirá os custos de traslado, alojamento e alimentação dos representantes de cada país.

A iniciativa faz parte da mobilização do MPF para o combate ao tráfico de pessoas, que ocorre durante o mês de julho em todo o país e integra o calendário de ações do projeto MPF Cidadão 30 anos. O dia 30 de julho é o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Para marcar a data e sensibilizar as pessoas sobre o problema, a sede da Procuradoria-Geral da República será iluminada de azul entre os dias 23 e 31 de julho. Além disso, postagens nas redes sociais do MPF irão trazer informações sobre os riscos do tráfico de pessoas, seu impacto nas vidas das pessoas traficadas e as formas de denunciar e combater o problema.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

[Voltar ao topo](#)

